

Intelectuais, Estado e experiência política: a trajetória de Darcy Ribeiro

ANDRÉ BORGES DE MATTOS 

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) |
Diamantina, MG, Brasil
aborges@ufvjm.edu.br

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v32i1pe212028

resumo O artigo analisa a trajetória intelectual de Darcy Ribeiro entre os anos de 1944 e 1964. O período compreende a sua passagem como estudante pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, posteriormente pelo Serviço de Proteção aos Índios, pelo Centro Brasileiro de Pesquisas e Educacionais e por cargos do executivo durante o governo de João Goulart. O objetivo é discutir em que medida essas experiências, vivenciadas junto ao Estado e às elites estatais, nos anos iniciais de sua atuação profissional, ajudam a explicar a visão de mundo de Darcy Ribeiro, amplamente difundida em sua obra, sobre a ciência, o trabalho intelectual e os problemas nacionais. Com isso, espera-se uma contribuição para futuros estudos sobre trajetórias intelectuais e sobre as relações entre intelectuais e Estado no Brasil.

palavras-chave Darcy Ribeiro; Trajetórias intelectuais; Intelectuais; Estado.

Intellectuals, the State and political experience: the trajectory of Darcy Ribeiro

abstract The article analyzes the intellectual trajectory of Darcy Ribeiro between 1944 and 1964. The period includes his passage as a student at the Free School of Sociology and Politics in São Paulo, later at the Indian Protection Service, at the Brazilian Center for Research and Educational and executive positions during the government of João Goulart. The objective is to discuss the extent to which these experiences lived with the State and state elites in the early years of his professional activity help to explain Darcy Ribeiro's worldview, widely disseminated in his works on science, intellectual productions, and national problems. With this, a contribution is expected for future studies on intellectual trajectories and on the relations between intellectuals and the State in Brazil.

keywords Darcy Ribeiro; Intellectual trajectories; Intellectuals; State

Neste artigo, farei breves apontamentos sobre a trajetória de Darcy Ribeiro. Meu objetivo é propor uma linha de interpretação de algumas experiências do autor junto ao Estado e às elites políticas e estatais, que ajudaram a forjar uma visão particular sobre a ciência e o poder, traduzida em seus livros como um discurso fortemente politizado e avesso ao absentismo intelectual. Este artigo, portanto, pressupõe a existência de conexões estreitas entre a vida e a obra de Darcy Ribeiro. Porém, não irei explorar, isoladamente, no todo ou em parte, conjuntos temáticos, conceitos ou modelos teóricos.



e212028

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i1pe212028>

Da mesma maneira, não me ocuparei com comentários estritamente biográficos ou pormenores de temas mais amplos, já analisados por mim e por outros pesquisadores, tais como o pioneirismo de Darcy no campo da antropologia e da política indigenista, sua vinculação a inúmeros projetos educacionais ou sua atuação política. Meu foco será o contexto histórico no qual o autor se movimentou e construiu uma trajetória particular, conectada à sua obra.

Os argumentos e dados apresentados a seguir foram em sua maior parte discutidos com detalhes em minha tese de doutorado (Mattos, 2007) e em trabalhos mais recentes¹. Pretendo, não obstante, visitar uma parte desse debate, resumindo alguns pontos, atualizando e aprofundando outros que ainda julgo relevantes para pensar os desafios de uma análise antropológica de trajetórias intelectuais, especialmente aquelas relacionadas ao Estado².

Para atender aos propósitos de um artigo, optei por restringir a análise a um recorte temporal, que compreende as duas primeiras décadas de formação e atuação profissional de Darcy Ribeiro, entre 1944, ano do ingresso como estudante na Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, e 1964, ano da saída do país como político exilado do governo João Goulart. Embora não sejam representativos de toda a vida intelectual e política do autor, esses anos são importantes porque correspondem ao período de formação de seu pensamento e de definição de sua trajetória, sobretudo no que se refere à participação direta em instâncias estatais.

Em linhas gerais, este trabalho se insere no conjunto de reflexões sobre grupos e itinerários e intelectuais e está informado pelos estudos sobre o “método biográfico”. Existe uma extensa bibliografia sobre ambos os temas, parte dela amplamente citada e discutida na tese. Acredito que minha dívida com esses autores e autoras esteja, assim, registrada. Por isso, esses textos não serão citados ou analisados novamente aqui, salvo o que for fundamental.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, farei breves considerações sobre aspectos mais gerais das relações entre experiência e narrativa na obra de Darcy Ribeiro, chamando a atenção para as vantagens analíticas de uma abordagem direcionada para a *trajetória* do autor, menos explorada em outras pesquisas³. Com isso, discutirei,

¹ Principalmente Mattos (2010a, 2010b, 2017, 2022).

² Ao longo do texto retomarei alguns trechos da tese, reescrevendo-os e na medida do possível atualizando-os para os propósitos desta reflexão. No que se refere às fontes diretas, farei uso pontual de documentos citados na pesquisa, também adequando-os às discussões.

³ Além do trabalho pioneiro de Bomeny (2001), duas pesquisas mais recentes merecem destaque, pela semelhança com essa abordagem. Uma é a tese de doutorado de Brito (2017), que refaz a trajetória de Darcy Ribeiro na Escola Livre de Sociologia e Política e no Serviço de Proteção aos Índios, também recorrendo aos documentos de seu acervo pessoal e outras fontes históricas, com o objetivo de “entender as raízes do pensamento antropológico de Darcy Ribeiro [...]” (: 20). Desta forma, a autora retoma e amplia parte das discussões que iniciei em Mattos (2007), embora não se detenha no debate sobre a utilização do método biográfico em pesquisas antropológicas. Já o livro de Moreira (2014), apresenta, na primeira parte, uma discussão sobre a trajetória de Darcy Ribeiro

muito pontualmente, questões que considero imprescindíveis no campo de debates sobre a relação entre obra, biografia e contexto. Posteriormente, discutirei os elementos que ajudaram a consolidar a trajetória de Darcy Ribeiro em órgãos estatais, no período assinalado.

Darcy Ribeiro foi um escritor incomum. Não apenas pelo conjunto amplo e diversificado de temas que abordou, mas porque foi principalmente um narrador da própria história. A singularidade de sua obra se deve em boa parte ao caráter biográfico que a perpassa, o que pode, inclusive, torná-la um objeto de pesquisa bastante desafiador (Mattos, 2007; 2010a; 2022). O reconhecimento da centralidade da experiência⁴ concreta na narrativa de Darcy parece, portanto, um ponto de partida fundamental para que consigamos entender algumas particularidades de sua visão de mundo.

Darcy Ribeiro transformou a relação entre teoria e experiência em algo além do ordinário, porquanto, mais do que refletir *sobre* a realidade concreta, ele frequentemente adotou como objeto de análise acontecimentos que conheceu e vivenciou *de perto*. Para ele, a realidade vivida era uma fonte de conhecimento dos problemas mundo. É uma visão antropológica, podemos pensar. Mas o seu olhar sobre os problemas do Brasil e da América Latina não se explica apenas pelos múltiplos entrelaçamentos existentes, na antropologia, entre teoria e experiência empírica. Estamos falando não de um observador comum, treinado e interessado em problemas com os quais é possível manter uma distância ainda que relativa. Ao contrário, trata-se de um pensador quase sempre diretamente implicado nas situações e nos problemas que analisa. Ou, em termos mais conceituais, de um autor que elevou a imbricação entre obra e biografia a patamares realmente excepcionais⁵.

Darcy deu inúmeros exemplos de uma disposição atípica para se engajar no mundo. O universo mais abstrato das ideias lhe parecia incondizente com as urgências de sociedades marcadas pelo atraso e pela desigualdade. Nelas, o trabalho intelectual deveria estar orientado por um sentido de urgência incondizente com o tempo livre da fruição. Por isso, ele foi implacável na crítica a uma parcela da inteligência brasileira, que do seu ponto

no período posterior ao exílio, com o intuito de entender particularmente sua relação com o trabalho,

⁴ Embora o termo experiência seja objeto de debate, ele será utilizado aqui no sentido mais amplo, isto é, como relato da realidade vivida.

⁵ João Pacheco de Oliveira antecipa esta visão, ao lembrar da excepcionalidade de Darcy em relação a outros antropólogos e intelectuais, cujas obras, interpretadas como “totalidades integradas”, acabam por inviabilizar as vidas pessoais de seus autores. Por isso, a menor importância dos sistemas teóricos abstratos na obra de Darcy, muito mais ligada às “intervenções práticas”. Sendo assim, conclui: “Menos que um perfil de teórico, criador de uma escola de pensamento, ou ainda um *scholar*, Darcy Ribeiro é um exemplo de intelectual/ator, que associa teorias e pesquisas com ações políticas de transformação, ambas acompanhadas por um complexo e apaixonado discurso justificador”. (Pacheco de Oliveira, 2020: 33).

de vista, ao não demonstrar compromisso com mundo à sua volta, mostrava-se tão alienada e colonizada quanto a própria elite econômica, subserviente e atenta apenas aos próprios interesses.

A compreensão da personalidade e da obra de Darcy Ribeiro passa, então, pelo reconhecimento do que para ele era uma verdade fundamental: intelectuais devem tomar partido e agir para transformar a realidade. Nada do recolhimento aos claustros universitários. Nada de erudição vazia. Nada da alienação e da subserviência típicas de mentes colonizadas. Trabalho intelectual é intervenção. É mudar o mundo, mas, bem entendido, *como* intelectual.

Tal ética só é possível para alguém que se vê como parte do mundo que pretende narrar e problematizar. E isso diz muito sobre o tipo de pergunta que devemos fazer ao tentar interpretar os textos ou os empreendimentos de Darcy. Todos informam algo sobre a sociedade que ele conheceu. Mas também sobre os limites e as possibilidades de se pensar a própria realidade e atuar sobre ela. Em suma, estamos aqui às voltas com um dilema do pensamento social clássico: quais são os limites da liberdade individual? Quais são os condicionantes que determinam a ação? Quais as regras que restringem e orientam a escrita de uma obra? Ou, para ir direto ao ponto que nos interessa: qual a relação entre biografia, obra e contexto?

Sobre isso, do ponto de vista teórico, me limitarei a uma nota conceitual muito breve. Começando por um alerta: ao chamar a atenção para a relação entre a vida e a obra de Darcy Ribeiro, não estou sugerindo uma simplificação metodológica que reduz uma à outra. Não se trata de dizer que a vida determina a obra ou que a obra ilustra a vida. Vida e obra são realidades autônomas e podem ser compreendidas enquanto tais. E mais: a relação entre ambas pode não ser sequer determinante como chave explicativa de uma ou de outra.

A vida não explica inteiramente a obra e esta tampouco explica a vida”, alerta Octavio Paz. “Entre uma e outra há uma zona vazia, uma fenda. Há alguma coisa que está na obra e não está na vida do autor; isso é que se chama criação e invenção artística e literária” (Paz, 1998: 16). Isto é, a obra vai além da biografia, embora esta seja uma possível chave de acesso à primeira. “Só que é um caminho que pára às portas dela: para compreendê-la realmente, devemos atravessá-la. Neste momento a obra se desvincula de seu autor e se transforma em uma realidade autônoma. (Paz, 1998: 16)

Mas assumir os limites reivindicados por Paz não significa deixar de reconhecer as múltiplas determinações existentes entre vida e obra. Esse foi o motivo que o levou a reconstruir o mundo da Nova Espanha do século XVII para entender a poesia de Juana Inés de La Cruz. Pois ele reconhece que existem constrições e limites ao desenvolvimento de toda forma de pensar que não podemos ignorar. Em algum grau, qualquer obra é obra de uma época.

No caso dos poemas de Juana Inés de La Cruz, lembra Paz, seria impossível, por exemplo, compreendê-los sem levar em conta o diálogo com a produção intelectual daquele momento histórico e das gerações que sucederam a geração da autora. Obras que “constituem uma tradição e por isso surgem aos olhos do escritor como modelos a serem imitados ou rivais a serem igualados” (1998: 17). Portanto, os poemas de Juana Inés, embora inequivocamente singulares em muitos aspectos, “constituem variedades dos

estilos predominantes na sua época” (1998: 17). O contexto de uma época, isto é, a sociedade e a história, devem ser compreendidos, assim, como um “terceiro termo”, uma mediação entre a obra e a vida. Qualquer autor é um autor de seu tempo, formado e formador da sociedade em que viveu. Ou seja,

Estamos diante de realidades complementares: a vida e a obra desenvolvem-se numa dada sociedade e, assim, são inteligíveis somente dentro de sua história; por sua vez, essa história não seria aquela que é sem a vida e a obra de sóror Juana. Não basta dizer que sua obra é um produto da história; é preciso acrescentar que a história também é um produto dela (Paz, 1998: 18).

Cito Octavio Paz porque ele condensa um ponto importante a ser considerado se quisermos entender a vida e a obra de Darcy Ribeiro: por mais genial que seja, trata-se de um pensador inserido no tempo. É verdade que sua trajetória foi forjada em contextos históricos diferentes, como os estudos na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a política indigenista, educacional e nacional, entre as décadas de 1940 e 1960, a política latinoamericana entre 1964 e 1968 e a redemocratização brasileira a partir dos anos de 1980. Se olhadas no conjunto, essas experiências revelam-se como pontos de inflexão, descontinuidades ou guinadas muitas vezes imprevistas, que ajudam a entender inclusive a tão propalada imagem de intelectual multifacetado, construída *a posteriori*. Mas esta é também a sua riqueza.

Por essa razão, acompanhar Darcy Ribeiro e seguir seus passos, ou sua *trajetória*, no tempo, transformando-o em personagem histórico, é tão importante. Pois assim se torna possível colocar em perspectiva certos acontecimentos e escolhas que marcaram a sua vida. Por exemplo, quais eram, *na época*, e *naqueles diferentes contextos*, as possibilidades objetivas de um ou outro caminho a ser seguido e as razões de uma – e não outra – escolha. Ou então, quais eram os interlocutores, as tradições de pensamento ou os “estilos predominantes”, nos termos de Octavio Paz, os alinhamentos institucionais, a distribuição do poder e as possibilidades de inserção no campo intelectual com as quais ele se deparou e muitas vezes se debateu.

São elementos que, uma vez incorporados na análise, nos obriga a direcionar o olhar não apenas para as escolhas acertadas, mas também as equivocadas, as expectativas frustradas, as derrotas, os fracassos, os projetos não cumpridos, abandonados ou rejeitados. Fatos que, do ponto de vista da memória, das narrativas biográficas ou mesmo de estudos acadêmicos, principalmente os mais enaltecidos da personalidade de Darcy, poderiam ficar relegadas ao esquecimento⁶. Coisas, no entanto, que compõem a vida ou a trajetória de qualquer indivíduo inserido no tempo e em dada sociedade. Assim, em suma, se quisermos alcançar o Darcy Ribeiro histórico, devemos efetivamente buscar elementos

⁶ O papel da lembrança e do esquecimento em narrativas biográficas é tratado de forma exemplar por Le Goff (1999). A questão também foi discutida por Kofes (2001).

para entender sua a inserção no mundo, isto é, não apenas o que ele fez para transformar o contexto em que viveu, mas também como foi transformado por ele.

Em termos de formação e atuação profissional, devemos começar situando Darcy Ribeiro como parte de uma geração de estudantes brasileiros formada no contexto de expansão do aparato estatal estruturado pelo Estado Novo. Na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), onde estudou entre 1944 e 1946, ele vivenciou de perto o clima de efervescência política e o otimismo nacionalista característicos do período. A própria ELSP havia sido criada na década de 1930, no bojo dos esforços da elite paulista, para dar formação técnica especializada a futuros quadros da administração pública (Limongi, 2001), vistos como estratégicos para enfrentar racionalmente os desafios da modernização e da industrialização do país. (Peirano, 1981).

O ambiente acadêmico paulista e a formação ampla e generalista que ele recebeu no curso de Ciências Políticas e Sociais expressavam, naquele momento, os anseios dessa classe dirigente urbana e letrada. Ao ingressar naquele espaço, Darcy Ribeiro, não obstante com suas particularidades, mergulharia em um contexto político novo que deixaria marcas duradouras em seu pensamento e visão de mundo. Sobretudo no que se refere à predileção pela instrumentalidade do saber científico, que logo se tornou mais importante do que a pura “fruição”, esse saber de quem “sabe muito, mas sabe para nada”, conforme diria em um depoimento, referindo-se à “enfermidade da inteligência mineira”, que ele também conhecera de perto (Ribeiro, 2010 [1978]: 4)⁷.

Bem ou mal, a ideia de ciência que Darcy começava a incorporar com a convivência no ambiente da ELSP estava ligada à defesa de um saber pragmático, tanto menos especulativo quanto mais ligado às exigências de solução de problemas da “realidade nacional” (Limongi, 2001: 260). Por isso, diria ele, no mesmo depoimento, acerca desse “outro saber” aprendido na Escola Livre de Sociologia e Política,

que não era simular ler a *Suma* de São Tomás de Aquino, que não era fazer de conta que conhecia Kant, que não era fazer de conta que conhecia Marx, mas que era tentar aprender alguns instrumentos para fazer investigação. Investigação burra. Eu aprendi também que a ciência é burríssima: que na ciência você não pode meter inteligência nem erudição, nem complicação. Ciência é burra, e trata com problemas bem definidos, burros. E o cientista, em geral, é fechado e burro. Eu aprendi a me comportar, a deixar que a imaginação atuasse só em momentos adequados, estratégicos, e comecei a aprender a atuar cientificamente. (Ribeiro, 2010 [1978]: 4).

⁷ Ele retomaria essa comparação entre a intelectualidade paulista e a intelectualidade mineira nas *Confissões* (Ribeiro, 1997a). As relações entre Darcy e a intelectualidade mineira foram abordadas por Bomeny (2001).

Obviamente, o clima não foi só de harmonia. A trajetória de Darcy na ELSP foi marcada também por enfrentamentos e problemas. Não sendo propriamente de esquerda, a instituição não teria visto como positiva principalmente a sua ligação com a militância política aprendida algum tempo antes com o Partido Comunista. Desta maneira, a suspeição de diretores e professores em relação ao comportamento de Darcy teria dificultado as coisas, inclusive os planos de estudos futuros (Ribeiro, 1997a)⁸. Todavia, tais entraves não foram suficientemente fortes a ponto de impedi-lo de se ver, e a seus colegas, como “herdeiros” do pensamento da ELSP, isto é, como uma geração que deveria não propriamente superar, mas levar adiante a tarefa já iniciada pelos professores.

O discurso que ele pronunciou na condição de orador oficial da turma de formandos revela claramente o senso de compromisso daquela geração de estudantes⁹. Pelo menos do ponto de vista de Darcy na época. Compromisso com uma ciência implicada com problemas reais, “que não cruza os braços e se isola em torres de neutralidades, de pureza e de participação”; uma ciência “Finalista porque interessada no destino da humanidade, porque comprometida a servir o povo, não se deixando usar como instrumento de opressão”. Uma ciência, enfim, que dizia muito sobre o esforço dos mestres, cuja “obra de pioneiros”, eles, a geração de novos estudantes, levariam adiante.

Ao vislumbrar um futuro profissional, Darcy mostrava-se um otimista quanto às possibilidades e o papel das ciências sociais em um mundo fraturado e dividido, que ainda tentava colher os cacos da devastação deixada pela segunda guerra mundial. Dessa perspectiva, o mundo é causa e objeto. Mas sem deixar de reconhecer que talvez a maior e mais desafiadora tarefa ainda estava por vir: lutar pelo próprio povo, um dos “mais atrasados do mundo”. Em seus termos:

Si a geração de nossos professores soube superar o “meufanismo” e enfrentar positivamente a realidade brasileira, revelando a vida de misérias de nossos povos, somente comparável a dos povos orientais; cabe a nós continuar sua obra, estudando nosso povo, colocando os resultados de nossos estudos a seu serviço e lutando a seu lado por uma vida mais digna¹⁰.

É uma fala muito datada. Na ocasião de sua formatura, Darcy foi incisivo ao mostrar simpatia pela superação do que parecia ser um nacionalismo estéril, traduzido pela ideia de “meufanismo”, chamando a atenção para a necessidade de enfrentar e entender a “realidade brasileira”, de forma “positiva”, isto é, reconhecendo a “miséria de nossos povos” e “colocando os resultados de nossos estudos” a serviço do “nosso povo”. De alguma forma, ele repercutia em seu discurso os traços da “característica básica” da criação da Escola Livre

⁸ Sobre a origem da ligação de Darcy com o Partido comunista, ver o recente depoimento de Paulo Ribeiro (2022). Sobre o ambiente da Escola e as suspeições em relação a Darcy, ver o depoimento Melanie Farkas (2001), ex-aluna da instituição. Ver ainda Bomeny (2001) e Britto (2017).

⁹ Esse discurso e outras fontes primárias mencionadas adiante fazem parte do acervo da Fundação Darcy Ribeiro. Todas foram citadas em Mattos (2007).

¹⁰ Citado em Mattos (2007: 67).

de Sociologia e Política, novamente nos termos de Limongi (2001: 262), isto é: “as preocupações práticas e atreladas às políticas públicas específicas”. E, assim, reiterava o compromisso mais amplo de uma parcela da elite brasileira com a construção de uma ideologia nacional entre os anos de 1930 e 1940 (Peirano, 1981).

O espírito da época se refletia no redimensionamento do aparelho estatal. Assistia-se à “construção institucional” que impulsionou o surgimento de vários ministérios, departamento, conselhos e outros órgãos entre 1930 e 1941 (Micelli, 2001: 199). Muitas dessas iniciativas de expansão da estrutura burocrática levaram, conseqüentemente, ao incremento de postos públicos destinados a portadores de saberes especializados. Isso era visível não apenas no campo mais diretamente ligado às ciências humanas e sociais, como a política indigenista que Darcy conheceria intimamente, mas também em outros setores estratégicos, como o movimento em torno das políticas de saúde do mesmo período, que ilustravam, talvez melhor que todos os demais, a crença no poder da ciência para solucionar os problemas nacionais e ao mesmo tempo a tendência de centralização das políticas públicas em torno do Estado Nacional (Lima, Fonseca e Hochman, 2005)¹¹. A entrada de Darcy Ribeiro no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1947, para compor o grupo de etnólogos da Seção de Estudos, junto com Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira, pode ser entendida, então, como uma modalidade de ascensão de intelectuais a postos públicos, inaugurada durante o governo autoritário e centralizador de Vargas, como parte de um processo que tornava o Estado a “instância suprema de legitimação das competências ligadas ao aparelho cultural, técnico e científico, passando a atuar como agência de recrutamento, seleção, treinamento e promoção do público portador de diplomas superiores” (Micelli, 2001: 203).

O próprio SPI, criado em 1910 com a perspectiva de integrar indígenas à sociedade nacional, na forma de camponeses e trabalhadores, naquele momento se reestruturava na esteira de um conjunto de iniciativas da política indigenista voltadas para a expansão do domínio estatal pelo território nacional e colonização do interior, a exemplo da emblemática expedição para o centro-oeste brasileiro, conhecida como a “Marcha para o Oeste”, e da Criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, em 1939, entre outros conselhos científicos, aglutinados em torno das “tarefas nacionais” (Souza Lima, 2002: 167).

A criação de Seção de Estudos, em 1942, dentro do SPI, seria um passo decisivo nesse processo de remodelação do aparato estatal ligado à política indigenista brasileira. Ao incorporar, por um lado, elementos do indigenismo mexicano, sobretudo em sua dimensão prática, e, por outro, os critérios de cientificidade oriundos das formulações teóricas do culturalismo norte-americano, a Seção de Estudos transformava-se em *locus* de uma nova prática indigenista legitimada por um saber técnico, racional e científico (Souza Lima, 2002).

Mas, exatamente porque se estruturava como parte de uma mudança mais geral, o campo da política indigenista também estava aberto a remodelações internas. As críticas da nova geração de etnólogos aos paradigmas anteriores da política indigenista, era uma delas.

¹¹Sobre as relações entre o sanitarismo e a política indigenista do SPI, ver Oliveira (2011). Brito (2017) aborda especificamente a questão da saúde indígena a partir da atuação de Darcy Ribeiro.

Como afirma Souza Lima (2002), ao citar um dos relatórios do SPI, redigido em 1954 por Darcy, naquele momento, tais críticas se dirigiam principalmente à abordagem das “pesquisas de campo etnológicas tradicionais”, afeitas aos estudos da cultura material, tanto quanto às pesquisas sobre “aculturação”, ambas incompatíveis com “uma ‘etnologia com fins práticos’” que a nova política indigenista exigia, diante das condições dos grupos indígenas (Souza Lima, 2002: 171).

É, portanto, colocando esse contexto como pano de fundo que devemos entender as iniciativas de Darcy Ribeiro no período que marca o início de sua atuação profissional no órgão indigenista. Por um lado, ele procurava se adequar a uma estrutura estatal com contornos relativamente redefinidos, mas fortes o suficiente para impor limites à sua atuação de antropólogo e agente de Estado. A leitura de Souza Lima (2022) sobre a incorporação de uma visão estatal por parte de Darcy, que o teria impedido de realizar uma crítica interna ao aparelho de Estado e às bases da política indigenista do SPI, e, portanto, de reinterpretar a “história oficial” da instituição, evidencia esse fato. Como um “participante interessado”, isto é, “um “funcionário do Serviço”, Darcy, ao menos nos escritos sobre a política indigenista, acabaria optando por “uma tomada de posição no jogo político, e não produção de conhecimento em primeiro lugar (embora uma e outra possam se superpor, mas sempre se reconhecendo serem regidas por cânones distintos)” (Souza Lima, 2021: 133).

Por outro lado, acionando elementos de sua experiência pregressa, ele imprimia aspectos singulares na formulação da mesma política e na concepção de antropologia que a embasava. Quando defendia, por exemplo, a necessidade de politizar a causa indígena, ou a necessidade de humanizar a antropologia e superar o atavismo de uma disciplina um tanto ultrapassada e presa ao exotismo dos povos “primitivos”, Darcy atualizava a ideia de uma ciência implicada em uma “realidade concreta” que, agora, porém, ele de fato passava a conhecer em suas pesquisas de campo como funcionário do SPI. A mesma realidade que serviria de base para estudos tão importantes e inaugurais quanto o premiado *Religião e Mitologia Kadiwéu*¹² e *Arte Plumária dos Kaapor*, este escrito junto com Berta Ribeiro, entre outros textos e artigos menores, mas não menos fundamentais.

O que estou querendo dizer é que, naqueles primeiros anos, estavam em jogo as forças sociais entre as quais ele começava a tentar se movimentar como jovem etnólogo ligado ao Estado, com maior ou menor liberdade de ação. Em uma situação como essa, dadas as condições do momento, seria bastante razoável buscar meios de reafirmar um vínculo externo com um saber mais institucionalizado, que ele encontraria principalmente na antropologia de Herbert Baldus, antigo professor da ELSP e talvez a figura mais influente na trajetória de Darcy Ribeiro dentro da antropologia.

Baldus não só o havia indicado para cargo do Serviço de Proteção aos Índios, mas naqueles primeiros anos se transformou em um tipo de mentor intelectual que acompanhava de perto, e com muito interesse, os passos de Darcy. O conjunto de cartas trocadas entre eles na época é rica em detalhes dessa relação marcada pela admiração mútua. Para citar apenas um exemplo, em 1948, falando das impressões que tivera com a

¹² O livro recebeu o Prêmio Fabio Prado de 1950.

leitura dos primeiros relatórios escritos por Darcy, um “ótimo trabalho”, sobre o qual tinha “nada a criticar”, Baldus refere-se a seu antigo aluno nos seguintes termos:

[...] sempre desejei ver uma batuta como você trabalhar em prol dos nossos índios e da etnologia brasileira, e agora faço votos que você se apodere, pouco a pouco, de todo o SPI orientando-o e, daí a alguns anos, dirigindo-o. Darcy, você é minha grande esperança naquela obra a que dediquei toda a minha vida, que é salvar os índios do Brasil e ensinar ao mundo o que eles são.¹³

As palavras “ensinar” e “salvar” dizem muito sobre as tarefas que começavam a se impor para Darcy, em estreita sintonia com o legado de Baldus. Dessa perspectiva, salvar os índios passava pela necessidade de levar ao mundo conhecimento sobre a situação das populações indígenas, constantemente vitimadas pela violência causada pela expansão das fronteiras internas da sociedade nacional. As pesquisas de campo serviram para que ele se transformasse em uma testemunha ocular desse drama, que deveria ser compartilhado. Não se tratava apenas de humanizar a própria antropologia, mas transformá-la em um instrumento de sensibilização nacional. Em outras palavras, era necessário dar aos discursos e textos sobre a questão indígena os contornos necessários para a “construção social dos problemas públicos” (Bourdieu, 2014: 59)¹⁴.

Daí o tom de denúncia de escritos da época, principalmente aqueles mais ligados à política indigenista, representado de forma emblemática no início do prefácio escrito para o livro *Os Índios e a Civilização*, em 1968, do exílio em Montevidéu.

A natureza dos fenômenos estudados neste livro lhe emprestou um tom amargo que não procuramos disfarçar. É, ao mesmo tempo, um estudo científico que elaboramos com o maior rigor e uma denúncia que fazemos conscientemente. Atende por isso a duas lealdades: fidelidade aos padrões de trabalho científico; e um profundo vínculo humano com os índios do Brasil (Ribeiro, s/d, p. 9).¹⁵

Igualmente importante, naquele contexto a tarefa de salvar e ensinar significava, internamente, transformar a antropologia em uma tecnologia científica de aperfeiçoamento da própria política indigenista. É aí que podemos situar a primeira iniciativa educacional, entre as muitas que tanto marcaram a trajetória de Darcy Ribeiro: a criação do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural (CAAC), dentro do

¹³ Citada em Mattos (2007: 79)

¹⁴ Um exemplo bastante sugestivo da tentativa de dar ao problema indígena características de um problema nacional foi a participação de Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão em debates da época para discutir o “Caso Diacuí”, indígena Kalapalo que em 1952 foi pedida em casamento por um servidor da Fundação Brasil Central. Discuti o caso em Mattos (2007). Ver também Freire (1990).

¹⁵ Pacheco de Oliveira (2020) analisou criticamente o lugar do livro e da antropologia de Darcy nos campos antropológico e da política indigenista, relacionando-os ao contexto da época.

Museu do Índio¹⁶, em 1953. Na prática, o CAAC significou um passo importantíssimo para o ensino da antropologia no país, na época restrito às Faculdades de Filosofia, embora sem condições de formar antropólogos (Faria, 1993). Ao mesmo tempo, do ponto de vista da administração pública, criou em nova roupagem mais um espaço de formação de pessoal técnico especializado, em nível superior, com ênfase na pesquisa de campo (Souza Lima, 2002)¹⁷.

O CAAC não resistiu à saída de Darcy Ribeiro do Serviço de Proteção aos Índios, em 1956, quando um conjunto de denúncias não fundamentadas recaíram sobre o então diretor José Maria da Gama Malcher, acarretando a sua saída e a subsequente nomeação de novos membros para a direção, contrários a Malcher. Além disso, a queda do governo Vargas, em 1955, já havia resultado em cortes de financiamento para o Museu do Índio na ordem de 40%, o que tornava as condições de trabalho ainda difíceis, conforme explica Darcy em uma correspondência de 1955 destinada à antropóloga francesa Simone Dreyfus-Roche¹⁸. Assim, após a saída de Eduardo Galvão, ele se desligaria do órgão no mesmo ano, seguido por Roberto Cardoso de Oliveira.

Seja como for, fica evidente que a atuação de Darcy Ribeiro no SPI vai além de sua importância óbvia para a história da antropologia e do indigenismo brasileiro. Ela ilustra um momento chave da história do Estado no Brasil, em que postos estratégicos da administração pública estavam abertos à participação de intelectuais. Ao mesmo tempo, de uma perspectiva mais biográfica, essa experiência evidencia como as contradições e impasses da política indigenista, vivenciadas por ele ao longo de uma década, não o impediram de se colocar a frente de iniciativas decisivas para sua própria trajetória e para a antropologia brasileira. É neste sentido que os dados apresentados nas páginas anteriores, mesmo resumidamente, sobre a trajetória intelectual de Darcy Ribeiro, nos dão muitos elementos para pensar as possibilidades de articulação entre indivíduo e sociedade e, mais especificamente, intelectuais e política em diferentes contextos históricos.

Esse é um ponto fundamental. As experiências compreendidas no período abordado aqui nos permitem ver possibilidades de inserção individual em estruturas que podem parecer estranhas a outras configurações sociais, inclusive a que o próprio Darcy vivenciou no Brasil a partir do retorno do exílio, em 1976. Naquele momento, ele iria optar por uma atuação política que, se não era nova, pelo menos se dava em condições históricas diferentes. Não por acaso a condição de político influente no Rio de Janeiro viria

¹⁶ O Museu do Índio havia sido criado por Darcy no mesmo ano dentro do SPI, como parte dos esforços do aprimoramento da política indigenista, com o objetivo de levar ao público conhecimento sobre a realidade indígena e desta forma combater o preconceito racial. (Ribeiro, 1997a).

¹⁷ Sobre os detalhes da proposta e do funcionamento do CAAC, ver Mattos (2007: 113-126).

¹⁸ Citada em Mattos (2007: 126).

acompanhada do esquecimento e da perda de influência no ambiente acadêmico, conforme ele mesmo perceberia no retorno às atividades no IFCS da UFRJ (Ribeiro, 1997a)¹⁹.

Assim, embora não tenha sido única e menos ainda inédita, sua intensiva atuação política a partir da década de 1980 tornava-se uma excepcionalidade, na medida em que subvertia o “hiato” existente entre intelectuais e políticos (Bobbio 1997), tão representativo das tensões que muitas vezes opõem o campo da cultura e a prática política em tempos mais recentes. E isso, vale acrescentar, também nos diz algo sobre a longevidade dos parâmetros de disciplinarização e especialização do trabalho acadêmico, que são devedores das mudanças impostas pela criação dos programas de pós-graduação no final da década de 1960 no Brasil (Corrêa, 2013a; 2013b).

Mas nada disso era tão evidente no período em questão neste artigo, no qual o campo intelectual, embora não estivesse isento de conflitos, ao menos franqueava muito mais facilmente o trânsito entre temas e instituições (Corrêa, 2013b). Por esse motivo, apesar das dificuldades e decepções com a saída do SPI e o abandono forçado das práticas indigenistas, Darcy não demorou a se adaptar ao novo ambiente profissional, que o levaria ao contato com Anísio Teixeira e a Escola Nova no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e, com efeito, a compor uma rede muito mais ampla e influente de intelectuais que gravitavam em torno do problema educacional (Bomeny, 2001, Corrêa 2013c.).

Segundo Bomeny (2001), ao ingressar nessa nova instituição, Darcy se juntava a um grupo de cientistas sociais irmanados pelo desejo de transformar a realidade brasileira pelas políticas de educação. É assim que devemos entender o protagonismo do CBPE na luta pelo aperfeiçoamento das políticas públicas no contexto da nova ordem democrática, que colocava a educação no centro dos movimentos a favor da inclusão e superação das desigualdades. No bojo dessa disputa, segundo a autora,

As ciências sociais deram conteúdo intelectual e a legitimidade acadêmica aos reclamos populares tanto pela intervenção de intelectuais no debate público, quanto na criação de instituições especializadas em pesquisa. O Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE) selou nos anos 1950 o encontro entre ciências sociais e educação de forma não mais reeditada no Brasil (Bomeny, 2001: 109-110)

Assim, esse novo contexto de atuação tornou mais amplas e ambiciosas as iniciativas de Darcy ligadas às políticas públicas, no entanto, ao que tudo indica, em um ambiente de lutas mais acirradas. Sobre a saída do SPI e a entrada no CBPE, Darcy diria que “imaginava estar deixando um ambiente de tensão insuportável para um posto tranquilo de antropólogo, estudioso da sociedade e da cultura brasileira” (Ribeiro, 1997a: 230). De fato, algumas correspondências e documentos do período mostram que naquele

¹⁹ Como membro do corpo docente da Universidade do Brasil quando foi exilado, e a subsequente perda dos direitos políticos, Darcy foi reintegrado ao quadro da UFRJ em 1979, pela lei de anistia aos servidores que perderam os direitos na ditadura. (Cf. Mattos, 2007: 288).

momento de transição ele imaginava poder *continuar* fazendo o trabalho de antes, tal como ele diria em 1957 em uma carta a Alfred Métraux, referindo-se “às atividades de ensino que já vinha exercendo”. Ou seja, dizia ele, “Minha tarefa lá é formar pesquisadores, com a expectativa de que a maior parte dêles venha a devotar-se aos estudos dos problemas brasileiros de educação, mas com liberdade para formar também etnólogos indigenistas”²⁰

Darcy falava do Curso de Aperfeiçoamento em Pesquisadores Sociais (CAPS), criado no CBPE em formato semelhante ao CAAC, embora voltado para o enfrentamento de um leque mais amplo de problemas sociais, principalmente aqueles ligados ao tema da educação. Tal como o CAAC, o novo curso também tinha o propósito de formar quadros para suprir demanda de pesquisadores e de pessoal qualificado em diferentes instâncias estatais. Mas a amplitude do CAPS e sobretudo a posição do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais no campo de debates sobre o tema nevrálgico da educação renderam a Darcy algo mais do que apenas um espaço novo de trabalho. Pelo lado íntimo e subjetivo, deu-lhe a certeza de que, ao contrário de um “posto tranquilo de antropólogo”, em comparação ao “ambiente de tensão insuportável” do SPI, ele, nos termos de suas memórias em *Confissões*, na verdade tinha “entrado no meio da tempestade, na voragem da maior guerra ideológica que o Brasil viveu”, ilustrada pelo embate travado entre a Igreja Católica e Anísio Teixeira em torno do ensino público e gratuito (Ribeiro, 1997a: 230). Por outro lado, em relação a seu lugar no campo intelectual da época, proporcionou visibilidade e projeção inéditas em nível nacional.

Um evento crucial e bastante ilustrativo desses dois resultados complementares foi sua adesão ao debate em torno da “escola pública”, no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, no qual também teve grande participação Florestan Fernandes e outros cientistas sociais. Ao posicionar-se contra o “dispositivo Lacerda”²¹, Darcy colou-se em rota de colisão com o próprio Carlos Lacerda, em um cenário que envolvia debates acirrados em redes de televisão e jornais de grande circulação do país.²² Em contrapartida, transformou-se, ele mesmo, aos olhos do público, em um intelectual de referência no campo das políticas educacionais dos anos de 1950.

Menciono apenas este fato, amplamente retratado em documentos da época utilizados em minha pesquisa, porque ele permite perceber não apenas a “conversão” de Darcy Ribeiro ao tema da educação, e o conseqüente afastamento da política indigenista, mas também a sua inserção definitiva no debate nacional em torno da educação, que representava uma das principais arenas de disputa política no Brasil. Desta maneira, a parceria com Anísio Teixeira, aliada à projeção como um “intelectual público”, ligado ao CBPE e, com efeito, ao tema sensível da educação pública brasileira, seriam os elementos catalisadores de sua aproximação do primeiro escalão da política brasileira e do centro do poder político.

A escolha de seu nome, por Juscelino Kubitschek, para o projeto e implantação da Universidade de Brasília na nova capital, da qual seria o primeiro reitor, é prova disso. E

²⁰ Citada em Mattos (2007: 139).

²¹ Sobre a LDB e o “substitutivo Lacerda”, ver Romanelli (1980).

²² Darcy comenta brevemente o confronto com Lacerda em *Confissões* (Ribeiro, 1997: 234).

Darcy soube aproveitar muito bem a oportunidade. Da forma como foi concebido, esse empreendimento grandioso viria para coroar todos os esforços em torno da crença no poder da educação superior e da formação técnica especializada, já demonstrada em iniciativas anteriores. Agora, porém, condicionada pela necessidade de superação de nossa dependência intelectual e econômica no processo de industrialização e modernização do país²³. Ao mesmo tempo, o projeto da UnB o jogaria de vez para o centro das conturbadas movimentações políticas que culminariam na deposição de João Goulart com o golpe de 1964.

Entre 1962 e 1964, após a experiência no CBPE, Darcy Ribeiro ocupou dois cargos no governo de Jango. Primeiro, o de Ministro da Educação, por apenas quatro meses, a partir de setembro de 1962. Posteriormente, o influente cargo de Ministro Chefe da Casa Civil, entre junho de 1963 e o fatídico mês de março de 1964. Este último período da trajetória de Darcy Ribeiro a ser abordado aqui, já em caráter conclusivo, concentra alguns pontos importantes.

O mais óbvio é a consolidação de Darcy como um personagem influente da política brasileira nos anos de 1950 e 1960. Sua atuação no governo João Goulart foi bem mais do que o coroamento dos esforços a favor dos povos indígenas e da educação brasileira, demonstrados nos anos anteriores. Os documentos que analisei para reconstruir este período mostram que ele, além de ter se tornado um ferrenho defensor das propostas de Jango, atuou como um tipo de ideólogo do governo, influenciando diretamente o presidente, principalmente na condição de ministro da Casa Civil. Seus esforços a favor da implantação das famosas “reformas estruturais” foram incontáveis, chegando mesmo a contribuir para a definição dos rumos do governo, em um momento em que o próprio Jango parecia enfraquecido em meio ao fogo cruzado entre a direita e a esquerda (Skidmore, 1982).

Em contrapartida, Darcy passava a aderir mais fortemente à causa do trabalhismo e a direcionar uma atenção especial para o problema dos trabalhadores rurais, tornando-se assim um personagem central na discussão em torno de um dos carros-chefes das reformas de base: a reforma agrária. Anos mais tarde, ele se lembraria do período da seguinte forma:

Nesse quadro, passei a ver o socialismo como a progressão do trabalhismo através da incorporação do campesinato ao sistema econômico e político brasileiro pela reforma agrária e através do controle das multinacionais. Esse é o caminho brasileiro da revolução social. Não uma revolução cerebrinamente socialista, mas concretamente

²³ A participação de Darcy Ribeiro na construção da Universidade de Brasília foi um tema amplamente explorado pelo próprio autor, em vários livros e depoimentos, e em inúmeros trabalhos acadêmicos. Entre os textos mais recentes aos quais tive acesso, recomendo a leitura de Bomeny (2016). Ver também Salmeron (1999).

socialista, porque pós-capitalista, pela impotência do capitalismo promover uma prosperidade generalizável (Ribeiro: 1997a: 292).

A ideia de “progressão do trabalhismo” é reveladora do vínculo que Darcy estabelecia entre os desafios do governo Jango e o trabalhismo nacionalista do primeiro governo de Getúlio Vargas²⁴. Ademais, a referência a uma revolução “concretamente socialista”, e não “cerebrinamente socialista”, traduz a ideia do afastamento de qualquer pensamento que não tivesse um vínculo direto com os acontecimentos, conforme discutido no início deste artigo. Por isso, logo em seguida, ele complementa o trecho falando de um governo que deveria “levar à frente Revolução de 1930”, de um “governo nacionalista” e da necessidade de “enfrentar o estrangulamento imperialista”. E, ainda, de

Um governo vinculado aos sindicatos, capaz de mobilizá-los para grandes atos de massa. Um governo socialmente responsável ante as populações pobres da cidade e do campo. Um governo orientado para o capitalismo de Estado, capaz de fortalecer as grandes empresas públicas como a Petrobrás, a Vale, a CSN, o Banco do Brasil e de criar novas empresas públicas, como a Eletrobrás e a Embratel. Um governo predisposto a realizar a reforma urbana, que garantisse aos trabalhadores pobres a propriedade de sua moradia, chamando ao poder público as relações com os proprietários da terra que ocupavam. (Ribeiro, 1997a: 292-293)²⁵.

Esses trechos revelam também outra questão importante sobre a participação de Darcy Ribeiro no governo João Goulart: a consolidação de um pensamento *nacionalista*, que ele passou associar diretamente à luta pela educação brasileira. Muito disso se explica pela influência de Anísio Teixeira e da Escola Nova no pensamento de Darcy Ribeiro, tema analisado de forma bastante aprofundada por Helena Bomeny (2001).

O vínculo criado entre Darcy e Anísio permaneceria sólido ao longo de toda sua atuação no Ministério da Educação. A influência do educador, que ocupou o cargo de reitor da UnB durante a gestão de Darcy, contribuiu decisivamente para a elaboração de iniciativas e projetos importantes na causa da educação pública, sendo um dos mais notórios o Plano Nacional de Educação, que teve Anísio como relator. Ou seja, a educação, para Darcy, herdeiro da Escola Nova, se consolidava como o epicentro dos “problemas

²⁴ Ele retomaria essa questão com detalhes em livros posteriores, principalmente *Os Brasileiros: I. Teoria do Brasil*, escrito durante o exílio (Ribeiro 1985). Voltarei a isso a seguir.

²⁵ Darcy ainda lembra que a ideia antecipava “um socialismo evolutivo, oposto ao revolucionário, que eu formularia depois, já no exílio” (Ribeiro, 1997a: 293). De fato, a forma como ele passou a ver a revolução a partir do exílio é muito expressiva da forte conexão entre suas ideias e as experiências políticas vivenciadas nos anos aqui analisados e nos seguintes. Um dos textos mais ricos e representativos do que estou tentando mostrar neste artigo é o relato de sua experiência junto ao presidente do Chile, Salvador Allende, durante o exílio, no qual ele tece uma crítica muito instigante e no meu entender muito sofisticada sobre a “esquerda desvairada” (Ribeiro 1997b).

nacionais” e, portanto, como o caminho para a superação de dependência, marginalização e exclusão impostas pelo desenvolvimento econômico.

Não obstante, o pensamento nacionalista de Darcy seria colocado à prova em todo período de participação no governo João Goulart, embora de maneira mais intensa nos anos finais. Naquele momento, ele já se encontrava definitivamente inserido no seletivo grupo formado pela elite estatal e, ao mesmo tempo, se via confrontado com todas as forças que, motivadas pelos interesses antinacionalistas da elite mais reacionária, levaram à derrubada do governo e o forçaram a viver a dolorosa experiência do exílio político.

Uma questão relevante para o que viemos discutindo até aqui é que a intensidade dessa participação em diferentes instâncias da política pública e no governo nos quase dez anos que antecederam o golpe resultaram em maior afastamento das atividades acadêmicas, e, em termos mais estritos, em um período de pouca produtividade intelectual para Darcy Ribeiro. Talvez isso possa sugerir a existência de limites intransponíveis entre a prática política e atividade de escrita e reflexão teórica. Pode ser. De todo modo, para voltarmos à questão inicial sobre o lugar da experiência na obra Darcy, foi o exílio que, ironicamente, lhe proporcionou o tempo necessário para refletir sobre os acontecimentos narrados aqui.

As bases do pensamento nacionalista, do compromisso com o “povo brasileiro” e de uma ética de engajamento intelectual estavam bem enraizadas. Nos livros do exílio elas foram, todavia, ampliadas, intensificadas e colocadas em perspectiva, inclusive crítica. O resultado mais visível foi a guinada da obra de Darcy para um conjunto teórico amplo, embora ainda ligado à antropologia neo-evolucionista e às teorias da cultura que ele aprendera nos anos anteriores. Os *Estudos de Antropologia da Civilização* representam essa tentativa de submeter à especulação teórica a sua trajetória intelectual e política, acrescida das próprias experiências vivenciadas em outros países da América Latina.

Para ser justo, devo lembrar que o próprio Darcy reconheceu a importância do exílio para o seu retorno à produção acadêmica, para a intensificação do um senso de nacionalidade e ainda para a construção de um vínculo inédito com a América Latina. Minha leitura, não obstante, é que, embora voltando-se para explicações de grandes séries históricas e, portanto, para o passado das sociedades americanas, esses estudos, entre outros escritos no período ou mesmo posteriormente, também falam muito do presente, na medida em que se encontram colados aos acontecimentos. Não foi por outro motivo que Darcy elegeu como tema central de sua obra as “explicações do atraso” em contraposição às “potencialidades” do Brasil, abundantes em livros como *As Américas e a Civilização* e *Os Brasileiros*. (Ribeiro, 1979, 1985). Pois foi exatamente o que significou o golpe civil-militar de 1964.

Um dos aspectos interessantes disso é que esses e outros livros expressam de maneira muito contundente uma crítica das relações de poder na América Latina, especialmente no Brasil. Aí podemos encontrar algo que nos dê uma perspectiva de continuidade na obra de Darcy e a possibilidade de reinseri-lo definitivamente no rol dos grandes explicadores do Brasil²⁶. As experiências junto às elites estatais, tais como as que ocorreram no período analisado aqui, transcende os conjuntos temáticos ou modelos

²⁶ Retomo aqui e no parágrafo seguinte os apontamentos que esbocei recentemente em Mattos (2022).

teóricos representativos de sua presença em diferentes espaços institucionais – que estão, aliás, na base da fragmentação da personalidade de Darcy, reiterada pela evocação das célebres figuras de antropólogo, educador, político e romancista. Estas, mais condizentes, talvez, com uma ótica de ruptura.

A relação com as elites me parece uma linha de continuidade e, portanto, uma chave entre as mais interessantes para compreender o pensamento de Darcy Ribeiro, porque de fato traduz a quase totalidade das experiências aqui narradas, e mesmo as posteriores. Seja a formação na ESLP, sejam os cursos criados no SPI e no CBPE, seja a participação no governo Jango, seja o engajamento nas causas da educação, sejam ainda as múltiplas tarefas assumidas durante o exílio, todos, sem exceção, expressam os dilemas, as contradições, os enfrentamentos, mas também a esperança, o otimismo, a crença no poder da ciência e do conhecimento, que ele conheceu e viveu como parte das elites estatal, intelectual e política do Brasil.

Se já como for, uma última observação, para concluir. Se há algo promissor na análise de trajetórias é a visão de conjunto. Minha pesquisa sobre Darcy Ribeiro revelou sobretudo a importância de encarar vidas e percursos individuais como um processo constante de adaptação a situações e contextos distintos. Essa ideia, que aprendi com Mandelbaum (1973), não é nova, embora me pareça bastante atual. Principalmente para lidar com personagens de enorme projeção e importância quanto Darcy Ribeiro.

Mais do que falar *sobre* Darcy, mais do que conhecer os pormenores e as curiosidades de sua biografia, essa perspectiva nos permite falar *a partir* de Darcy e de suas escolhas. Ou seja, como espero ter mostrado, nos permite conhecer temas fundamentais para as ciências sociais e a antropologia, como a ideologia que marcou a construção do Estado nacional na primeira metade do século XX no Brasil, a importância da educação para a política da década de 1950, os bastidores e a dinâmica das relações de poder que levaram ao golpe militar de 1964 e ainda as múltiplas e diferenciadas possibilidades da atuação de intelectuais em instâncias políticas e estatais.

A riqueza da trajetória de Darcy Ribeiro encontra-se exatamente nessa capacidade de mobilizar tantas questões que, não importa quantas vezes forem discutidas, sempre estarão abertas a novas interpretações. Temos aí a razão para voltar a um tópico tão elementar quanto a relação entre indivíduo e sociedade ou biografia e obra. Com o olhar atento às complexidades da realidade social, talvez possamos nos aproximar ainda mais desse personagem igualmente complexo, muitas vezes contraditório e fugidio, mas acima de tudo um dos mais representativos das múltiplas potencialidades de uma crítica intelectual séria, comprometida e atual sobre os problemas do Brasil. Até porque, o interesse renovado por seu pensamento mostra que alguns impasses da sociedade brasileira continuam mais ou menos os mesmos. E que, obviamente, ainda precisamos de intelectuais com capacidade para ocupar a cena pública.

Referências Bibliográficas

- BOBBIO, Norberto. 1997. *Intelectuais e Poder*. Dúvidas e opções do homem de cultura na sociedade contemporânea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp.
- BOURDIEU, Pierre. 2014. *Sobre o Estado: curso no Collège de France (1989-1992)*. Tradução de Rosa Freire Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOMENY, Helena. 2001. *Darcy Ribeiro*. Sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BOMENY, Helena. 2016. “Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação.” *Sociedade e Estado* 31(spe):1003–28. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.0spe0009>
- BRITO, Carolina Arouca Gomes de. 2017. *Antropologia de um jovem disciplinado: a trajetória de Darcy Ribeiro no serviço de proteção aos índios (1947-1956)* Tese (Doutorado em História da Ciência e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Rio de Janeiro.
- CORRÊA, Mariza. 2013a. “A Antropologia no Brasil (1960-1980)”. In *Traficantes do Simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- CORRÊA, Mariza. 2013b. “Traficantes do Excêntrico”. In *Traficantes do Simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- CORRÊA, Mariza. 2013c “A Revolução dos normalistas” In *Traficantes do Simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- FARIA, Luis de Castro. 1993. “A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromissos de um militante em recesso”. In *A Antropologia no Brasil: espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Tempo Brasileiro.
- FARKAS, Melaine. 2001. “Depoimento”, In *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação, 1933-1953: depoimentos*. São Paulo: Escuta.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. 1990. *Indigenismo e Antropologia – o Conselho Nacional de Proteção aos Índios a gestão Rondon (1939-1955)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Museu Nacional.
- KOFES, Suely. 2001. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas, SP: Mercado das Letras.
- LE GOFF, Jacques. 1999. *São Luís*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record.
- LIMA, Nísia Trindade; Fonseca, Cristina M. O.; Hochman, Gilberto. 2005. “A saúde na construção do estado nacional no Brasil: reforma sanitária em perspectiva histórica”. In *Saúde e Democracia* [livro eletrônico]: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- LIMONGI, Fernando. 2001. “A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo” In *História das Ciências Sociais no Brasil*. vol 1. SP, Editora Sumaré.
- MANDELBAUM, David 1973 “The study of Life History: Gandhi”. *Current Anthtopology*, nº 3, June.
- MATTOS, André Borges de. 2007. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.
- MATTOS, André Borges de. 2010a. “Narrativas (auto)biográficas como fonte para pesquisa antropológica: notas para uma reflexão”. *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v. 9, p. 43-50.

- MATTOS, André Borges de. 2010b. “Darcy Ribeiro: um intelectual engajado”. *Presente!* (Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica), v. 68, p. 48-53.
- MATTOS, André Borges de. 2017. *Darcy Ribeiro e a utopia latino-americana*. Apresentação de *América Latina: a pátria grande*, de Darcy Ribeiro. São Paulo: Global.
- MATTOS, André Borges de. 2022. “Darcy Ribeiro 100 anos depois: uma justa homenagem”. In *Darcy Ribeiro: o homem e suas peles*. 1ed. Montes Claros: Editora da Unimontes.
- MICELI, Sérgio. 2001. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MOREIRA, João Paulo Agrípio. 2014. *Darcy Ribeiro: Entre a História e a Antropologia*. Curitiba: Editora Prismas/Editora Appris.
- OLIVEIRA, Priscila Herique de. 2011. “Cada qual tem um pouco de médico e louco” Políticas de saúde e mediações culturais entre o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e os indígenas. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. 2020. Proteger os índios e descolonizar a pesquisa: Darcy Ribeiro como antropólogo. *Revista Mundaú*, n. 8, p. 22-41 <https://doi.org/10.28998/rm.2020.n.8.10084>
- PAZ, Octavio. 1998 *Sóror Juana Inés de la Cruz: as armadilhas da fé*. Tradução de Wladimir Dupont. São Paulo: Mandarim.
- PEIRANO, Mariza. 1981. *An Anthropology of Anthropology. The Brazilian Case*. Harvard University, Tese de Doutorado.
- RIBEIRO, Darcy. s/d. *Os Índios e a Civilização*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., Editora Vozes.
- RIBEIRO, Darcy. 1985. *Os Brasileiros. Livro I – Teoria do Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes.
- RIBEIRO, Darcy. 1997a. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Darcy. 1997b. “Salvador Allende e a Esquerda Desvairada” In *Gentidades*. Porto Alegre: L&PM.
- RIBEIRO, Darcy. 2010. *Darcy Ribeiro (depoimento 1978)*. Rio, FGV/CPDOC História Oral (História da Ciência – Convênio FINEP/CPDOC).
- RIBEIRO, Paulo. 2017. A Semente viva da utopia de Darcy Ribeiro. Entrevista especial com Paulo Ribeiro. *IHU Instituto Humanitas Unisinos*. Acessado em abril 17, 2023 <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/565653-a-semente-viva-da-utopia-de-darcy-ribeiro-entrevista-especial-com-paulo-ribeiro>.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. 1980. *A história da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Editora Vozes.
- SALMERON, Roberto A. 1999. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- SKIDMORE, Thomas E. 1982. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. 2002. “Indigenismo no Brasil: migração e reapropriações de um saber administrativo” In *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. 2021. “Reconsiderando o poder tutelar e formação do Estado no Brasil: notas a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais” In *Maquinarias da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*. Rio de Janeiro: 7Letras.

sobre o autor

André Borges de Mattos

Professor da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Autoria: O autor é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: Não houve financiamento.

Recebido em 15/05/2023.

Aprovado para publicação em 31/05/2023.